



Territorialidades comunicacionais de mulheres no jornalismo independente feminista da Revista AzMina

Fernanda Silveira¹
Ângela Felippi²

Recebido em: 19-03-2023

Aceito em: 15-05-2023

Resumo

Este artigo trata sobre territorialidades comunicacionais e jornalismo independente feminista. O objetivo é compreender as territorialidades comunicacionais de mulheres evidenciadas pelo jornalismo independente feminista da *Revista AzMina*. Para tanto, realizamos uma pesquisa documental para coletar textos publicados na revista de 2019 a 2021, resultando em uma seleção de 166 textos produzidos pela equipe da revista. A pesquisa se baseou em uma análise de conteúdo temática para identificar os temas e os subtemas presentes nesses textos que mostrassem as vivências cotidianas das mulheres brasileiras. A partir da análise, constatamos nove territorialidades comunicacionais de mulheres evidenciadas pelo jornalismo da *Revista AzMina*.

Palavras-chave: Territorialidade. Mulheres. Jornalismo Independente. Revista AzMina.

Communicational territorialities of women in the independent feminist journalism of Revista AzMina

Abstract

This article deals with communicational territorialities and feminist independent journalism. The objective is to understand the communicational territorialities of women evidenced by the independent feminist journalism of Revista AzMina. To do so, we carried out a documentary research to collect texts published in the journal from 2019 to 2021, resulting in a selection of 166 texts produced by the journal's team. The research was based on a thematic content analysis to identify the themes and subthemes present in these texts that show the daily experiences of Brazilian women. From the analysis, we found nine communicational territorialities of women evidenced by the journalism of Revista AzMina.

Keywords: Territoriality. Women. Independent Journalism. Revista AzMina.

1 Introdução

Este artigo apresenta a pesquisa realizada no âmbito de um programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, que buscou compreender as territorialidades comunicacionais de mulheres evidenciadas pelo jornalismo independente feminista da *Revista AzMina*. A publicação é uma revista feminista independente digital, criada em 2015 em São Paulo, e tem abrangência nacional. A revista aborda temas relacionados às mulheres e às questões de gênero, problematizando as desigualdades de gênero e fazendo a intersecção com etnia/raça, sexualidade, identidade de gênero e classe social. A *AzMina* é considerada uma das principais

¹ Mestre em Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. <https://orcid.org/0000-0003-0772-2439> E-mail: fernandandsilveira@gmail.com

² Doutorado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUCRS). Professora na Universidade de Santa Cruz do Sul. <https://orcid.org/0000-0003-3545-0215> E-mail: angelafe@unisc.br

publicações digitais sobre gênero em circulação no país e faz parte de um movimento internacional de emergência do chamado jornalismo independente.

Territorialidade é uma concepção que deriva do território, expressando as diferentes relações dos indivíduos no espaço, inclusive as experiências e as relações que ocorrem na dimensão simbólico-cultural e são mediadas por processos comunicacionais. Entendemos que as práticas e relações sociais e as dinâmicas espaciais e territoriais não são neutras, pois são influenciadas pelas categorias gênero, etnia/raça, classe social, sexualidade, etc., acarretando em diferentes territorialidades para as diferentes pessoas.

Para abordarmos a problemática proposta para esse artigo, tratamos sobre as territorialidades comunicacionais, as conexões entre territorialidade e as relações de gênero e o jornalismo independente feminista, apresentando as características do objeto empírico – a *Revista AzMina*. A pesquisa se associa aos estudos de Oliveira (2021), para os quais o jornalismo independente tem potencial para contribuir com os processos de desenvolvimento regional. Nesta direção, reconhecendo a quase onipresença das mídias na vida social e a força do jornalismo na construção das representações sociais, dos consensos e dos dissensos, justificamos o estudo de *AzMina*, situando a revista entre as publicações de caráter alternativo à mídia convencional e aos discursos hegemônicos que tratam da mulher.

Em seguida, apresentamos os procedimentos metodológicos e da análise de conteúdo. A pesquisa teve por base a análise documental situada em três anos da revista, de 2019, 2020 e 2021, levantando 223 textos informativos publicados no período, dos quais foram selecionados 166 elaborados por profissionais da revista. Neste universo, aplicamos a análise de conteúdo temática, que levou à identificação temas e subtemas, que resultaram em nove territorialidades comunicacionais evidenciadas pelo jornalismo de *AzMina* a respeito das vivências das mulheres brasileiras no seu cotidiano. Por fim, temos as considerações finais e as referências consultadas.

2 Territorialidades comunicacionais

O território pode ser pensado a partir de diferentes perspectivas. Haesbaert (2012) agrupa a multiplicidade de abordagens do território nas seguintes dimensões: política, cultural ou simbólico-cultural, econômica e natural. Todas essas dimensões do território são produto das relações sociais, que também são dinâmicas e passam por transformações, e influenciam nas territorialidades e temporalidades que são estabelecidas em dado lugar e tempo. Desse modo, falar em território é falar de controle social e político, de conflito e poder, mas também de valores

materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos, fazendo com que o território cultural preceda os territórios político e econômico (SCHEFLER, 2018).

A dimensão simbólica abrange ideologia, imagens, discursos, signos e linguagens que conformam os modos como o território é representado, significado e apropriado (BORGES, 2013). Dentro dela, podemos pensar em uma perspectiva comunicacional no território que compreende os processos de transmissão das informações, os discursos, a linguagem e a produção de sentidos, considerando aspectos identitários e simbólicos.

O território também é comunicado pela linguagem e por símbolos e a comunicação participa da produção dos territórios e da construção e da articulação das territorialidades e faz a mediação no espaço que elas se produzem e se reproduzem. Sob a forma de redes, a circulação e a comunicação são dimensões que atuam no processo de constituição de territorialidades (REIS; ZANETTI, 2017).

A territorialidade é um comportamento do ser humano ao se relacionar com o território e é expressada pelas práticas e estratégias dos indivíduos para criar, manter, controlar ou transformar os espaços em que vivem. Em termos geográficos, é uma forma de comportamento espacial, relacionando-se com as maneiras como as pessoas se organizam no espaço e como dão sentido ao lugar (SACK, 1986). Essas relações mudam de acordo com a cultura, sociedade e a época e sempre há forças opostas e de resistência que se contrapõem ao domínio e controle hegemônico.

Existem territorialidades comunicacionais estabelecidas no e pelo campo da comunicação e no jornalismo, pois os meios de comunicação contribuem com a produção de sentidos sobre a realidade e a construção do território através dos discursos que difundem. As experiências comunicacionais que são produzidas nos territórios são territorialidades (MACHADO, 2018) comunicacionais que expressam as relações com os territórios – considerando todas suas dimensões –, os modos de vida, as vivências cotidianas e as interações sociais estabelecidas.

Ao ser apropriado – e adquirir um sentido simbólico –, o território surge como um campo de tensões e disputas, reveladoras da sua dimensão cultural (BORGES, 2013). O conhecimento sobre essa dimensão implica em saber sobre os modos de vida das diferentes pessoas, como produzem suas territorialidades e por elas são impactadas. Assim, a territorialidade considera a pluralidade de práticas socioespaciais dos sujeitos e das relações nas formas materiais e simbólicas.

As territorialidades, enquanto processos, ordens e valores que sustentam os territórios (REIS, 2017b), apresentam componentes relacionados à cultura e a forma como as pessoas se

comunicam e interagem umas com as outras. O estudo das territorialidades analisa a atividade humana em relação à semantização do espaço territorial (REIS; ZANETTI, 2017). Essa atribuição de sentido ao espaço territorial, configurando territorialidades, é mediada por processos comunicacionais.

Esses processos comunicacionais, que constituem as territorialidades, são mediados por vários meios técnicos, como os comunicacionais, e os veículos de comunicação são visíveis ao real – mas isso não se trata da realidade em si e sim de uma das diversas leituras possíveis dos eventos e processos territoriais (BORGES, 2013). Há diferentes formas de atuação da comunicação nos territórios pelas diversas maneiras como os indivíduos se apropriam e se relacionam com ela, impactando nas suas territorialidades comunicacionais cotidianas.

No campo simbólico, há a importância de considerar as redes comunicacionais e jornalísticas, já que elas envolvem os significados do território elaborados pelos sujeitos que produzem o lugar (BORGES, 2013). A diversidade nas interações e nas relações produzidas e compartilhadas pelas possibilidades de territórios e de territorialidades em rede fazem parte da formação e da manifestação de diferentes culturas no mesmo espaço.

3 Territorialidade e relações de gênero

Há várias territorialidades para os diferentes indivíduos presentes em e que condicionam nossa vida cotidiana, fazendo parte da cultura. A territorialidade é múltipla e é o acontecer de todas as atividades cotidianas no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, etc., revelando a complexidade social e, simultaneamente, as relações de dominação de indivíduos ou grupos com uma parcela do espaço geográfico (SAQUET, 2013). As territorialidades são vistas nas esferas pública e privada e evidenciam relações de dominação, como as que envolvem o gênero, em que as mulheres e as pessoas LGBTQIA+ são colocadas em situação de subordinação no seu cotidiano.

Como os territórios podem ser utilizados para conter, restringir ou excluir (SACK, 1986), os processos de territorialização não são neutros. A territorialidade indica que as relações espaciais humanas não são neutras, pois as pessoas, através da interação humana, do movimento e do contato, transmitem energia e informação para afetar, influenciar e controlar as ideias e as ações de outros e seus acessos às fontes (SACK, 1986). Cada territorialidade é socialmente construída a partir dos interesses e dos pontos de vista de um indivíduo ou grupo,

baseando-se em determinados discursos, reforçando certos aspectos normativos, deixando marcas simbólicas no espaço e influenciando outros sujeitos.

A afirmação de uma territorialidade ocorre de diversas maneiras, tais como: os direitos legais, a força bruta ou poder, as normas culturais, as permissões e as proibições de onde podemos ir e as forças de comunicação (SACK, 1986). Na sociedade, muitas dessas normas, permissões e proibições são diferentes para cada gênero, implicando em distintas territorialidades. As construções sociais – como a feminilidade e a masculinidade –, resultam de uma produção discursiva baseada em uma ideologia patriarcal, constituindo as subjetividades e configurando as territorialidades (SCHEFLER, 2018).

As relações de gênero podem ser consideradas como uma importante dimensão de análise territorial, pois as práticas espaciais e temporais estão inter-relacionadas com cada um dos processos de produção, reprodução ou ressignificação das relações sociais (MANTOVANI; AREOSA, 2022). Elas fazem parte do conjunto de elementos que compõem os territórios, suas contradições, possibilidades e tensionamentos, configurando as territorialidades de acordo com suas especificidades. Os papéis de gênero são aprendidos na socialização e institucionalizados através de sistemas políticos, sociais e econômicos, evidenciando que o território participa da construção e desconstrução das relações de gênero e da naturalização dos papéis e comportamentos atribuídos a mulheres e homens (MANTOVANI; AREOSA, 2022).

As territorialidades ligadas às relações de gênero se baseiam na concepção patriarcal de superioridade dos homens e de inferioridade e opressão das mulheres. Homens e mulheres constroem territórios, mas se apropriam diferentemente dos espaços sociais, criando territorialidades atravessadas por relações de poder e que conferem a eles, historicamente, uma posição dominante (SCHEFLER, 2018). Com as relações desiguais de gênero, as territorialidades são usadas como estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações, visando manter e assegurar a estrutura patriarcal em todos os setores da sociedade. Através delas, são estabelecidos níveis de acesso a pessoas, recursos e poder diferentes a homens e mulheres.

Hoje, cada vez mais as mulheres, de forma individual ou coletiva, por meio de suas organizações, estão rejeitando e contestando as relações desiguais e opressoras de gênero e identificando diferentes modos de agir, reagir e lutar; elas tecem novas territorialidades (SCHEFLER, 2018). Ao se organizarem através dos movimentos feministas, produzem ações e práticas de resistência.

Esse movimento social emancipatório está organizado em diferentes escalas, dando lugar a diversas ações coletivas e ativismos em prol de um projeto político-social que, de forma ampla, propõe a construção de poderes e territorialidades autônomas, nos quais homens e mulheres possam se autodeterminar, livres de hierarquias institucionalizadas e assimetrias estruturais e legitimadas do poder. Mais especificamente, os movimentos feministas rejeitam e contestam o lugar hierarquicamente subalterno ocupado pelas mulheres na ordem social em vigor e propõem outro lugar político para as mulheres, uma outra territorialidade. (SCHEFLER, 2018, p. 39).

Essas outras territorialidades de mulheres representam a sua apropriação do território, criando seus próprios laços e na direção de interesses em comum. São territorialidades diferentes de outros grupos sociais porque elas têm oportunidades e acessos diferentes às diversas instituições e esferas da vida social devido à exclusão social e as imposições de gênero.

4 Jornalismo independente feminista

As mídias independentes podem se identificar com grupos ou movimentos sociais, apresentando práticas de jornalismo com causas sociais, que estão focadas na diversidade e que fazem um ativismo digital, lutando pelos direitos e demandas de certos grupos e possibilitando que outros pontos de vista tenham espaço e voz no cenário midiático. Um exemplo é a *Revista AzMina*, uma mídia independente feminista criada em 2015 com financiamento coletivo por Nana Queiroz, Helena Bertho e Carolina Oms, em São Paulo. A revista, que faz parte do *Instituto AzMina*, aborda temas diversos com recorte de gênero, considerando a interseccionalidade e a diversidade, publicando diversos conteúdos jornalísticos em seu site, bem como tem perfis nas redes sociais para a divulgação dos conteúdos produzidos.

Sua equipe tem uma composição diversa e é formada por profissionais mulheres que atuam como diretoras, jornalistas, colunistas e voluntárias, bem como fazem parte da equipe administrativa, financeira, de arte e de audiovisual. Essas profissionais estão localizadas em cinco estados brasileiros e no Distrito Federal, tem diferentes etnias/raças, orientações sexuais e identidades de gênero (AZMINA, 2022).

A *Revista AzMina* adota uma perspectiva feminista interseccional e considera que as mulheres não são uma categoria universal, pois as pessoas enfrentam diferentes opressões relacionadas às questões de etnia/raça, orientação sexual, identidade de gênero, classe social, geração, localização geográfica, etc. A cobertura jornalística tem uma visão inclusiva abrangendo homens trans, transmasculinos e pessoas não binárias que também podem sofrer com o machismo e a violência de gênero.

Os conteúdos mostram e problematizam a realidade das diferentes mulheres e das pessoas LGBTQIA+, sendo produzidos no formato de notícias, entrevistas, reportagens e colunas de opinião, além de um espaço para os textos de leitoras chamado Divã D’AzMina. Quanto ao financiamento, o *Instituto AzMina* e a *Revista AzMina* mantêm sua estrutura e criam seus projetos com recursos vindos de doações de pessoas físicas e de fundações, editais e patrocínio de projetos. Também, há parceiros que prestam serviços pro bono para a instituição.

As mídias jornalísticas com uma perspectiva feminista e de gênero que utilizam a comunicação como espaço estratégico de ação política, comunicando-se e militando ao mesmo tempo. O chamado jornalismo com perspectiva ou enfoque de gênero, ou ainda jornalismo feminista, surge como uma crítica à masculinidade hegemônica que está imposta e enraizada no jornalismo, podendo ser exercido por meios de comunicação hegemônicos ou alternativos (SCHANDER, 2021).

As iniciativas jornalísticas com perspectiva de gênero tendem a mobilizar outras lógicas e tensionar os valores dominantes que regem o jornalismo (SCHANDER, 2021). Mas, não se trata de um jornalismo apenas sobre mulheres ou sobre temas importantes para elas e sim de um jornalismo que respeita e inclui as diferentes pessoas e problematiza as relações desiguais e assimetrias baseadas no gênero, raça/etnia, classe social, orientação sexual e idade, trabalhando com a interseccionalidade.

São iniciativas que buscam uma visibilização midiática das mulheres, tentando estabelecer novas formas de representá-las como sujeitos sociais autônomos, portadoras de direitos e responsáveis por suas trajetórias de vida e participação político-social (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017). É um jornalismo que trabalha para a inserção das mulheres em todas as esferas da vida social, focando nas suas experiências e especificidades diante dos problemas existentes. Fazem um jornalismo que busca a superação dos estereótipos e está consciente sobre o papel da mulher na sociedade, demonstrando como o jornalismo na internet pode promover a visibilização das mulheres e seu empoderamento (VECCHIO-LIMA; SOUZA, 2017), estimular a pluralização de vozes e pontos de vista das diferentes mulheres e possibilitar a ruptura com os discursos e sentidos dominantes e hegemônicos.

Além disso, são mídias que fazem críticas a respeito da forma como as questões de gênero são – ou não são – abordadas e como as mulheres são – ou não são – representadas nos discursos e das imagens divulgadas pelos meios de comunicação convencionais. De modo geral, o jornalismo convencional produz e reproduz representações de gênero hegemônicas e dificilmente tem um olhar crítico sobre elas (SCHANDER, 2021).

O jornalismo convencional tende a apresentar certos sujeitos, comportamentos, corporalidades, etnias/raças, identidades de gênero, classes, orientações sexuais, etc. como possíveis e recomendáveis, privilegiando suas demandas e visibilizando essas pessoas. Por isso, as críticas, em geral, se referem à falta de uma abordagem dos temas que considere a perspectiva de gênero e das mulheres e a diversidade existente entre elas e suas demandas, bem como ao reforço e à reprodução dos estereótipos e preconceitos de gênero, inclusive nas mídias dirigidas às mulheres.

5 Caminhos metodológicos da pesquisa

Na pesquisa, realizamos uma pesquisa documental dos textos publicados na *Revista AzMina* com um recorte temporal que abrange os anos de 2019 a 2021 a fim de ter uma visão mais abrangente dessa mídia, do seu posicionamento, dos temas abordados e do seu discurso. Devido aos impactos de uma pandemia na sociedade, ressaltamos que esse recorte de três anos compreende os textos escritos antes da pandemia (2019), durante o período de isolamento social (2020) e o início de um pós-pandemia que problematiza suas consequências (2021). Desse conjunto de materiais, realizamos uma leitura aprofundada para identificar um conjunto menor de textos que se adequa ao propósito do estudo.

A respeito do formato e conteúdo das postagens da revista, coletamos os textos que estão nas editorias Política, Violência, Saúde, Feminismos, Comportamento, Cultura, Dinheiro, Esporte e Maternidade. Nessas editorias, identificamos pelo formato dos textos que se tratam de notícias, entrevistas e reportagens, que pertencem ao gênero jornalístico informativo, pois tratam dos fatos, acontecimentos e pontos de vista dos entrevistados e da análise aprofundada da realidade. Assim, não estão incluídos os textos opinativos das colunistas e das leitoras divulgados em outras seções da *AzMina*, pois são conteúdos que trazem as opiniões de pessoas acerca dos fatos e das experiências vivenciadas.

Após a coleta dos textos, realizamos uma análise de conteúdo para identificar os temas abordados pela revista no período definido. Trata-se de uma análise de conteúdo temática, a qual consiste em descobrir os núcleos de sentido que formam uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem algo para o objeto de estudo (MINAYO, 2014). Para auxiliar na análise de conteúdo do conjunto de textos, empregamos um software de análise de dados qualitativos assistido por computador chamado Atlas.TI³.

³ Disponível no link: <https://atlasti.com/pt>.

A partir dessa análise, observamos que os temas identificados podem ser agrupados em nove territorialidades comunicacionais de mulheres que estão relacionadas as suas vivências cotidianas. Essas territorialidades representam as categorias de nossa pesquisa, pois são agrupamentos realizados a partir dos elementos comuns que foram identificados na análise. Com isso, temos a etapa do tratamento dos resultados obtidos, inferência e interpretação.

Ressaltamos que os temas e subtemas estão relacionados uns com os outros, pois não ocorrem na realidade de forma isolada e sim estão inseridos em um contexto, resultando em territorialidades que também estão interligadas. Assim, há temas e subtemas aparecem em várias territorialidades e cada um dos textos contém enunciados que evidenciam vários temas e subtemas, sem podermos enquadrar um texto em apenas um tema ou subtema, bem como em somente uma territorialidade comunicacional. Na descrição dessas territorialidades, discorreremos a respeito dos temas e subtemas abordados em todos os textos examinados da revista.

6 Territorialidades comunicacionais de mulheres na Revista AzMina

As territorialidades comunicacionais expressam as relações das mulheres com o seu território, que são expostas pelo jornalismo da *Revista AzMina*, mostrando suas vivências cotidianas. Também, evidenciam as relações e assimetrias de gênero estabelecidas e problematizadas pela revista, tensionando as diferentes instituições sociais e governamentais e impactando nas diferentes dimensões e esferas da sociedade. As territorialidades comunicacionais identificadas são: Territorialidade comunicacional relacionada ao assédio e à violência; Territorialidade comunicacional dos medos cotidianos; Territorialidade comunicacional relacionada à saúde das mulheres; Territorialidade comunicacional sobre o aborto e os direitos sexuais e reprodutivos; Territorialidade comunicacional ligada à maternidade; Territorialidade comunicacional de mulheres na Política e no Esporte; Territorialidade comunicacional relacionada à diversidade e à perspectiva interseccional; Territorialidade comunicacional do trabalho e do papel econômico das mulheres; Territorialidade comunicacional sobre o empoderamento e a autonomia das mulheres.

A primeira territorialidade comunicacional está relacionada ao **assédio e à violência**, focando nos diferentes tipos de violências sofridos pelas mulheres. Os textos abordam questões ligadas à violência de gênero e ao feminicídio como: reconhecimento das situações que se enquadram como violência; identificação de que está em um relacionamento abusivo; informações sobre o que está previsto em lei; a realização de denúncias; possíveis consequências

das agressões para as saúdes física e mental; impactos da pandemia nas violências contra as mulheres.

Dentre as diferentes violências, a *Revista AzMina* mostra casos como: violência física – bater e atirar objetos; violência psicológica – insultos, humilhações e chantagens; violência sexual – forçar a mulher a fazer sexo, sextorsão, proibir a mulher de tomar pílula anticoncepcional e tirar o preservativo durante a relação sexual sem o consentimento da mulher; violência patrimonial – atos de controle do dinheiro, deixar de pagar pensão alimentícia, extorsão e destruir documentos e pertences da mulher; violência moral – difamar, acusar mulher de traição. Nos textos analisados, observamos que essas violências podem ser cometidas pelos companheiros, em casos de relacionamentos abusivos, por familiares ou por pessoas desconhecidas das mulheres.

A falta de uma rede estruturada de acolhimento às mulheres em situação de violência é discutida por alguns textos da *AzMina*, deixando-as expostas a novas agressões e impactando em um crescente número de feminicídios. Existem críticas aos atendimentos prestados às mulheres nas delegacias – especializadas ou não – a respeito das denúncias de violência. Há relatos de falta de apoio, preconceitos, assédios, violências, julgamentos e culpabilização da vítima pelos profissionais.

Ademais, a *AzMina* discute sobre os preconceitos – machismo, racismo, transfobia, homofobia, lesbofobia – que as mulheres enfrentam no seu cotidiano, nas relações interpessoais, nos atendimentos médicos, nas instituições sociais e nas empresas. A respeito do racismo estrutural e institucional, são relatados vários casos de racismo na área da saúde contra mulheres negras e indígenas como, por exemplo, agressões verbais, assédio sexual, violência obstétrica, desconsideração das queixas das pacientes, diagnóstico equivocado e/ou tardio e realização de procedimentos desnecessários.

Quanto às pessoas LGBTQIA+, a *AzMina* mostra diversos casos de violência e de morte, ressaltando que a brutalidade envolvida nas mortes evidencia o nível de ódio direcionado a esses indivíduos. Nos textos, vemos relatos como: a invisibilização das pessoas LGBTQIA+ na mídia; o estupro corretivo para as lésbicas; o não uso do nome social de pessoas trans, gerando constrangimento por serem anunciadas por seu nome de registro que não corresponde a sua identidade; a rejeição do uso da linguagem neutra, contribuindo para a invisibilização de determinadas pessoas e identidades; as dificuldades e preconceitos enfrentados por pessoas LGBTQIA+ na política, incluindo ameaças de morte.

A segunda territorialidade comunicacional é a dos **medos cotidianos**, na qual vemos que o tema medo aparece em diversos textos da revista, evidenciando a sua presença no cotidiano das mulheres brasileiras, não se tratando apenas de medos relacionados à violência, mas também de medos ligados a outras questões como, por exemplo, a pandemia e a maternidade.

Nos textos analisados, a *AzMin*a aborda medos das mulheres, tais como: medo do contágio com o coronavírus; medo de voltar à rotina no após o período de isolamento social; os medos das grávidas quanto aos efeitos do coronavírus para a sua saúde e de seus filhos e aos riscos de comparecer aos hospitais para realizar consultas, exames de rotina e partos; medo do julgamento das pessoas e de se expor no mundo real devido a questões e preocupações estéticas, por não estarem dentro dos padrões de beleza impostos pela sociedade; medos ao decidirem colocar crianças para adoção e ao escolherem realizar um aborto.

A respeito do assunto violência, são relatados vários medos pelas mulheres nos textos. Alguns deles são: medo de expressar a opinião por ser constantemente humilhada e sofrer ameaças verbais, sendo casos de violência psicológica; a rotina de medo vivenciada imaginando e prevendo as novas violências por seguirem convivendo com os agressores, com mulheres escolhendo dormir do lado de fora de casa; o medo de se afastar do parceiro; o medo gerado pela ruptura com o ciclo de violência doméstica; o medo de denunciar os agressores e eles serem severamente punidos, pois, muitas vezes, são os pais dos seus filhos ou pessoas da família com quem as mulheres mantêm laços de afeto; o medo da reação dos pais se denunciasse o agressor; o medo de ir para as casas de abrigo por não saberem como seriam suas vidas lá dentro; medos das diferentes violências nas ruas e nos transportes públicos nas cidades brasileiras; o sentimento de medo de mães negras de que seus filhos sejam vítimas da violência policial; o medo de mulheres negras e pessoas LGBTQIA+ de sofrer preconceito e abusos nos atendimentos médicos.

A terceira territorialidade comunicacional está relacionada à **saúde das mulheres**, tratando de assuntos relativos à saúde física, mental e sexual das mulheres. A revista traz informações para elas poderem se cuidar e se prevenir de doenças, bem como problematiza diferentes questões de saúde a partir da perspectiva das mulheres e de gênero, considerando as especificidades de suas experiências. São abordados assuntos como: as diversas tentativas de emagrecimento por mulheres gordas que afetam a sua saúde; os diagnósticos equivocados que mulheres gordas, negras e indígenas receberam por causa do preconceito; as consequências da falta de sono para a saúde mental e do corpo das mulheres; os traumas mentais causados pelas agressões psicológicas; os impactos para a saúde física e mental de uma gravidez indesejada e da realização de um aborto.

Em relação à pandemia, a *AzMina* discorre sobre questões como: os riscos do contágio com o coronavírus para gestantes e seus filhos; a exposição ao vírus das enfermeiras mulheres, que estavam na linha de frente do combate e não tinham os recursos básicos de segurança; a responsabilidade de cuidar da família; a necessidade de se expor ao risco nas ruas para conseguir suprir as demandas da família; o número alto de mortes maternas por causa do coronavírus; o sofrimento causado pelo medo do contágio com o vírus e pelo isolamento social; a dor e o luto pela morte de familiares e amigos; o sentimento de perda de controle; o aumento da preocupação e da ansiedade; o agravamento de transtornos alimentares; a insônia; o desespero com a volta à rotina após o período de isolamento;

A respeito da saúde sexual e reprodutiva, as textos tratam sobre os métodos contraceptivos disponíveis gratuitamente no Sistema Único de Saúde (SUS), incontinência urinária, prisão de ventre, hábitos de higiene, os tabus relacionados à sexualidade, gestação, parto, ciclo menstrual, endometriose, laqueadura, menopausa, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), o incentivo ao conhecimento sobre o próprio corpo, fisioterapia pélvica, o ponto H que serve apenas para o prazer dos homens e as dificuldades para ter prazer durante o sexo e os tratamentos adequados para resolver esses problemas.

A quarta territorialidade comunicacional aborda **o aborto e os direitos sexuais e reprodutivos**, apresentando relatos de histórias de mulheres que puderam e não puderam realizar aborto por diferentes meios, as dificuldades envolvidas nas suas escolhas e as consequências disso para suas vidas. No conjunto de textos analisados, as pautas buscam explicar e informar as mulheres sobre o aborto, o que precisam fazer em cada caso e como podem solicitar ajuda e garantir que esse direito seja cumprido, bem como locais que realizam esse procedimento. As histórias das mulheres que ajudam a realizar aborto – as aborteiras – também são pautas de reportagens da revista, destacando que elas dão o direito de escolha para outras mulheres.

Algumas das questões abordadas nos textos são: o julgamento das pessoas em relação as mulheres que escolhem abortar; o sofrimento e a angústia sentido pelas mulheres; a utilização do fato de ser a favor do aborto como xingamento; os problemas decorrentes da falta de informação sobre o aborto; a procura por abortos clandestinos, colocando a vida da mulher em risco; os medicamentos e métodos utilizados para o aborto; a falta de apoio médico; o tratamento inadequado dos profissionais de saúde com as mulheres que buscam atendimento pós abortamento; os desafios enfrentados e as batalhas judiciais para conseguir realizar o aborto; o assédio de organizações religiosas; aplicativos que tem informações sobre aborto e direitos

sexuais e reprodutivos para as mulheres; as propostas de lei que visam dificultar o acesso ao aborto e criminalizá-lo.

Na esfera política, a revista analisa os projetos de lei sobre os direitos das mulheres criados em 2019, avaliando 16 propostas sobre o aborto como desfavoráveis. Essas proposições visam criminalizar a interrupção da gravidez, afirmando que existe direito à vida desde o momento da concepção, e aumentar a punição para pessoas envolvidas no procedimento. Outro ponto abordado é os termos que os conservadores querem incluir e excluir no Congresso, especialmente quando se trata de direitos sexuais e reprodutivos, como visto em um dos textos analisados. Para eles, de um lado, expressões como saúde sexual, direitos sexuais, direitos reprodutivos, planejamento reprodutivo, profilaxia da gravidez, gênero e igualdade de gênero não poderiam ser utilizadas.

A quinta territorialidade comunicacional está ligada à **maternidade**, informando às mulheres sobre a maternidade e visibilizando as diversas formas e experiências de maternar, como nos casos das mulheres negras e lésbicas. Os textos abordam questões como: relatos de mães solo que trabalham e cuidam dos filhos; os diversos impactos da maternidade na vida das mulheres; informações e orientações sobre gravidez, parto e maternidade; explicação sobre o aninhamento – um modelo de guarda dos filhos, no qual eles permanecem na casa da família e os pais que se alternam na moradia; consequências para as mães pelo sacrifício de horas de sono para cuidar da casa, dos filhos e trabalhar; a luta das mães para que seus filhos tenham acesso à educação; mães que lutam pela legalização medicinal da maconha para o alívio de doenças de seus filhos; mulheres que, após a morte de seus familiares, viraram mães dos órfãos da pandemia; a exclusão histórica das mulheres de práticas esportivas por considerar que afetaria a sua capacidade de serem mães; a busca pelo equilíbrio entre maternidade e trabalho; a luta para o recebimento de pensão alimentícia.

Quanto à romantização da maternidade, a *AzMin*a mostra que essa condição pressiona mulheres a assumirem um papel que nem sempre estão ou querem estar dispostas. Em um texto, a revista apresenta uma espécie de caneta desromantizadora de mensagens de Dias da Mães, que corrige essas frases que romantizam a sobrecarga das mães na criação dos filhos, suas jornadas duplas e triplas, tratam a maternidade como algo santificado, heroico e instintivo e desconsideram as experiências das diferentes mulheres e as diversas formas de maternar. É ressaltado que as atividades atreladas aos cuidados dos filhos não devem ser responsabilidade apenas das mães, porque o custo de produzir, criar e educar pessoas deveria ser dividido pela família, Estado e mercado de trabalho, sendo que este último, em geral, exclui as mães ao demiti-

las após o retorno da licença maternidade e as empurra para o mercado informal, sem direito à licença.

A sexta territorialidade comunicacional trata de **mulheres na Política e no Esporte**, discutindo a inserção e participação das mulheres em dois campos específicos, que foram e ainda são considerados como espaços para homens: política e esporte. No que tange às mulheres na política, a revista trata da relação das mulheres com a política, a sua atuação e a questão da representatividade ou a falta dela nesse âmbito, considerando as intersecções com as categorias gênero, raça/etnia, sexualidade, etc.

Algumas pautas abordadas são: a pouca representatividade das diferentes mulheres no legislativo; discriminações e assédios que as mulheres enfrentam nos ambientes da política; as experiências de mulheres negras, indígenas e pessoas LGBTQIA+ na política; a luta de mulheres por políticas públicas humanizadas em relação ao aborto e aos direitos sexuais e reprodutivos; passo a passo sobre como se candidatar a vereadora nas eleições; a diferença entre os projetos de lei apoiados por homens e por mulheres na política; os projetos sobre participação de mulheres na política – que são, em sua maioria, propostos por mulheres –, inclusive tratando sobre as cotas de gênero; análise dos partidos e políticos que tem uma atuação mais favorável às questões das mulheres; os impactos da ausência de mulheres na política em relação ao debate sobre gênero dentro do sistema político, inclusive na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia.

Já em relação à situação das mulheres nos esportes, a *AzMina* aborda a sua atuação profissional no ambiente esportivo como atletas, técnicas e árbitras. A revista trata da questão da representatividade das mulheres e das pessoas LGBTQIA+ nos esportes, as normas de gênero impostas para elas nesse campo e os impactos da ruptura com essas normas de gênero. Também problematiza as discriminações e preconceitos enfrentados pelas mulheres no ambiente esportivo e as diferenças de tratamento entre elas e os homens.

A sétima territorialidade comunicacional está relacionada à **diversidade e à perspectiva interseccional**, abordando as questões de gênero, etnia/raça, classe social, sexualidade/orientação sexual, identidade de gênero, dentre outras especificidades interseccionais. A *AzMina* dá visibilidade aos relatos das histórias e experiências das diferentes mulheres e pessoas LGBTQIA+, respeitando e valorizando a diversidade.

Alguns dos assuntos tratados são: a representatividade política para as mulheres, negras, indígenas e pessoas LGBTQIA+; a explicação sobre as várias correntes do feminismo; as diversas violências de gênero com intersecção com as outras opressões e o seu combate; os impactos da

discussão sobre diversidade e interseccionalidade para o movimento feminista, reconhecendo as diferenças e as desigualdades enfrentadas por cada mulher; a realidade e as lutas das mulheres quilombolas e indígenas; a relação entre gênero, raça/etnia e a descriminalização da maconha; as violências e as dificuldades de acesso às necessidades básicas de saúde e de educação para as mulheres negras, pobres, periféricas, indígenas e rurais; as condições de mobilidade urbana considerando gênero, raça/etnia e classe social.

Quanto às mulheres negras e ao sistema racista, a *AzMina* aborda pautas como: feminismo negro; a atuação ativista de feministas negras; vivências de mulheres negras que fizeram parte da história do Brasil; indicação de livros e trabalhos de pensadoras negras; solidão da mulher negra; discriminação racial nas diversas áreas; aborto e direitos sexuais e reprodutivos; genocídio da população negra; a condição da população negra em segmentos econômicos mais pobres; as demandas das mulheres – em sua maioria, negras – que lideram as famílias brasileiras mais pobres; a falta de políticas públicas que garantam os direitos das mulheres negras e periféricas; a relação entre insegurança alimentar, gênero e raça/etnia; problematização da realidade das mulheres, especificamente as negras, que são a maioria entre as trabalhadoras informais em funções como empregadas domésticas, babás e cuidadoras.

A respeito das pessoas LGBTQIA+, a *AzMina* traz indicações de livros, filmes e séries com personagens e informações para a saúde dessa população, bem como evidencia as violências que enfrentam e os movimentos que tentam diminuir seus direitos. São textos que mostram suas reivindicações e a representatividade desses indivíduos em diversos setores da sociedade – como, por exemplo, na música, nos esportes e na política –, promovendo mudanças importantes, pluralizando esses espaços e combatendo as discriminações.

A oitava territorialidade comunicacional é a do **trabalho e papel econômico das mulheres**, na qual a *AzMina* discute assuntos sobre a relação das mulheres com o trabalho e com a pobreza, de seus problemas econômicos, da divisão sexual do trabalho e das condições de desemprego. Há textos que abordam pautas como: o trabalho e o ativismo feminista e LGBTQIA+ da rapper Luana Hansen; problemas econômicos e falta de renda das mulheres devido ao descaso do governo federal do período 2018-2022; a divisão sexual do trabalho e a economia do cuidado; a busca por emprego pelas pessoas LGBTQIA+; a falta de representatividade para mulheres e pessoas negras dentro das empresas; mulheres que promovem projetos de apoio financeiro e alimentício para outras mulheres em situação de dificuldade, inclusive na pandemia; histórias das primeiras gerações de mulheres negras em suas famílias a conseguirem fazer o ensino superior e quebrarem o ciclo de trabalharem como empregadas domésticas.

Dentre os textos analisados, a *AzMina* analisa que as mulheres são a maioria em empregos informais, como o trabalho doméstico – que não é remunerado –, e ouvem frequentemente que determinadas profissões são apenas para os homens. Na pandemia, os textos mostram que elas foram as mais afetadas pelo desemprego na pandemia e vivenciaram uma sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado durante o período de isolamento social. A revista problematiza a invisibilização desses trabalhos feitos pelas mulheres e descreve os impactos dessa dupla jornada para as mulheres, excluindo-as dos espaços públicos e diminuindo o acesso ao emprego e à valorização profissional.

As dificuldades das mulheres no mercado de trabalho são pautas da revista, tais como: os obstáculos para se manter no mercado, a busca pelo equilíbrio entre maternidade e carreira. Um dos assuntos debatidos é as dificuldades enfrentadas por microempreendedoras para solicitar e receber o salário-maternidade, gerando atrasos no pagamento de contas e procura por trabalhos informais em que possam conciliar as atividades com a maternidade. Outra situação é destacada pela empresária e advogada Eliane Dias em entrevista à publicação, na qual considera que a luta das mulheres para ocupar o seu espaço de direito no mercado de trabalho é exaustiva, porque precisam enfrentar o machismo e a situação de estar constantemente se provando – além do racismo, quando se trata de mulheres negras.

A nona territorialidade comunicacional trata sobre **o empoderamento e a autonomia das mulheres**, abordando temas que se relacionam à promoção do empoderamento e da autonomia das mulheres, sororidade, formação de rede de apoio, iniciativas e exigências por mudanças, liberdade de escolha e de se definir, promoção e acesso à educação e resistência e ativismo feminista. A libertação e a ruptura com as normas de gênero são pautas da revista, mostrando a luta contra a padronização de corpo ideal e a hipersexualização de seus corpos e incentivando o respeito à diversidade e a liberdade de escolha sobre como se vestir.

Os textos analisados abordam assuntos como: a construção e aprovação de projetos que sejam favoráveis às mulheres e assegurem os seus direitos; a indicação de livros, filmes, séries e trabalhos feitos por mulheres; a história do feminismo no Brasil, suas pautas e conquistas; a explicação sobre as diversas vertentes do feminismo; o empoderamento por causa da atuação de outras mulheres na história que lutaram por direitos e pelo espaço em diversos setores – como a política e o esporte; o ativismo feminista para conquistar o direito ao aborto; os movimentos de resistência e de enfrentamento ao governo; as exigências por políticas públicas que atentem para as demandas das mulheres; a inserção e a atuação das mulheres e pessoas LGBTQIA+ nos diferentes campos, buscando representatividade e visibilidade para suas pautas;

informações sobre como guardar dinheiro para a aposentadoria; a criação de projetos e serviços por mulheres para auxiliar outras mulheres a conseguir suprir necessidades básicas, estudar e trabalhar.

7 Considerações finais

A partir da análise dos textos da *Revista AzMina*, observamos que as territorialidades comunicacionais representam as vivências cotidianas das mulheres brasileiras de combate contra a discriminação, dominação, exploração e invisibilização e de luta por uma realidade mais solidária, inclusiva, diversa, plural e democrática. Essas territorialidades contrastam com as territorialidades dominantes que são ditadas pela lógica patriarcal, machista, racista e LGBTfóbica e seus comportamentos de discriminação enraizados através do processo de socialização e, muitas vezes, reproduzidos pela mídia convencional, questão que é objeto de estudo de inúmeras pesquisas nas áreas da Comunicação, da Sociologia e afins.

Inserida em um contexto simbólico-cultural, a *Revista AzMina* é uma mídia que evidencia como as mulheres territorializam os espaços e reivindica que elas possam ter voz para falar de suas vivências. Trata-se de combater as desigualdades de gênero e romper com a visão androcêntrica de mundo, na qual as mulheres, que foram historicamente silenciadas, estiveram representadas pelos homens, que foram socialmente legitimados para falar por elas (SCHEFLER, 2018). As territorialidades de mulheres que identificamos são baseadas nas relações desiguais de gênero e nas relações estabelecidas pelas diferentes mulheres nos espaços que vivenciam e se apropriam.

Desse modo, as mulheres são vistas como protagonistas da construção dos territórios e afirmam suas identidades e territorialidades que expressam suas especificidades de gênero, etnia/raça, classe social, orientação sexual, etc., tensionando as instituições e questionando o sistema patriarcal, machista e opressor em que vivemos. O feminismo contribui para uma prática jornalística, como a da *Revista AzMina*, que respeita as diferenças, dá voz a sujeitos e grupos até então marginalizados e problematiza os temas e acontecimentos a partir do recorte de gênero e de outras opressões, promovendo a equidade de gênero e possibilitando a transformação social.

Referências

AZMINA. Revista AzMina. *AzMina*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://azmina.com.br/revista-azmina/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. O território geográfico como categoria metodológica dos estudos em Comunicação Social e Jornalismo. *Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p. 48-61, 2013. ISSN 1806-0498. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/6961/5098>. Acesso em: 10 abr. 2022.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MACHADO, Viviane Ramos. *O jornalismo como palco de disputas discursivas: o movimento feminista no jornal A Gazeta do Espírito Santo (1986-2016)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/7080>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MANTOVANI, Emanuele; AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. Gênero como perspectiva de análise no desenvolvimento regional. *Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional*, Taquara, v.19, n.2, abr./jun. 2022, p. 143-161. ISSN 2318-180x. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2486>. Acesso em: 14 maio. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

OLIVEIRA, Vanessa Costa de. *A configuração da forma cultural do jornalismo independente nos territórios latino-americanos*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3137>. Acesso em: 12 jun. 2022.

REIS, Mariana. Comunicar, resistir: um olhar sobre as práticas discursivas em rede do jornalismo independente no Brasil. *Vozes e Diálogo*, Itajaí, v. 16, n. 1, p. 193-204, jan./jun. 2017a. ISSN 2237-4531. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/9455>. Acesso em: 18 abr. 2021.

REIS, Ruth. Propostas para um programa de estudos sobre comunicação e territorialidades. In: REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela. (org.). *Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias*. Vitória: EDUFES, 2017b. p. 22-34.

REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela. Comunicação e territorialidades: em torno do poder e da cultura. In: REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela. (org.). *Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias*. Vitória: EDUFES, 2017. p. 10-20.

SACK, Robert David. *Territorialidade humana: sua teoria e história*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções sobre território*. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SCHANDER, Gabriela. *Por uma perspectiva de gênero no jornalismo: construção de categorias analíticas e uma análise de conteúdo da Revista AzMina*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229100>. Acesso em: 28 dez. 2022.

SCHEFLER, Maria de Lourdes Novaes. Território e gênero: territorialidades ausentes. *In*: RODRIGUES, Cristiano. *et al. Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 23-82.

SILVEIRA, Fernanda Nunes da. *Territorialidade comunicacional e equidade de gênero: o jornalismo independente feminista da Revista AzMina*. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VECCHIO-LIMA, Myrian Del; SOUZA, Humberto Cunha Alves de. Espaços alternativos na internet como formas de visibilizar as mulheres no jornalismo brasileiro. *Media & Jornalismo*, Lisboa, v. 17, n. 31, p. 131-152, 2017. ISSN 2183-5462. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-5462_31_9. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_31_9/3879. Acesso em: 28 ago. 2022.